**7. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIALISTAS, COMO PLANEJÁ-LAS E APLICÁ-LAS**

**7.1 Conceituação**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  ***Socialismo Democrático****é uma orientação política que propõe a criação de uma economia****democrática****descentralizada a partir de movimentos populares, empreendida pela e para a classe trabalhadora. Ela surge em oposição a outras correntes que defendem o autoritarismo como meio de transição para o****socialismo****.* |

O Socialismo surgiu no século XIX em oposição ao sistema capitalista e ao modelo liberal de organização política e econômica, em oposição aos efeitos da industrialização e da sociedade fundada sobre a propriedade privada.

O socialismo pode ser definido, conforme Bobbio (2000), como um programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial.

“[...] o socialismo tem uma longínqua raiz na eterna luta entre os ricos e os pobres, os que têm e os que não têm, na eterna reivindicação igualitária, no espírito ‘coletivista’” (CHEVALIER, 1999, p. 284).

Entre as características do regime socialista podemos apontar como as principais:

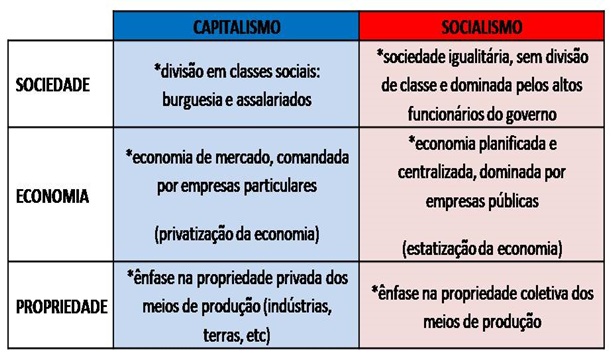
a) transformação do modo de produção econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção, advogando a administração e a propriedade pública ou coletiva dos mesmos, além da limitação do direito de propriedade;

b) igualdade de oportunidades/meios para todos os indivíduos através da intervenção do poder do Estado;

c) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras.

Por isso o socialismo propõe a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a tomada do poder por parte do proletariado e controle do Estado e divisão igualitária da renda.

**7.1.1 QUADRO QUE FAZ A DIFERENÇA ENTRE CAPITALISMO DE SOCIALISMO**



As novas doutrinas socialistas procuraram oferecer uma nova perspectiva para além da sociedade capitalista e a condição do trabalhador contemporâneo. Marx e Engels defenderam a união da classe trabalhadora, pois só assim seria possível mudar as relações de conflito e exploração que se faziam no mundo do trabalho e da economia burguesa e é com esta ideia que eles encerram o Manifesto: “Proletariado de todo o mundo: uni-vos”.

Socialismo democrático é um termo usado por vários movimentos e organizações socialistas para enfatizar o caráter democrático de suas tendências politicas. Tal orientação surge em oposição a outras correntes que defendem o autoritarismo como meio de transição para o socialismo, ao invés disso propõe a criação de uma economia democrática descentralizada a partir de movimentos populares, empreendida pela e para a classe trabalhadora.

Especificamente, essa expressão é usada para distinguir os socialistas favoráveis ao uma revolução popular espontânea ou gradual, aqueles que defendem o leninismo – uma revolução organizada instigada e dirigida por um partido de vanguarda global que opera com bases no centralismo democrático.

A expressão socialismo democrático é geralmente utilizado em contraposição aos movimentos que apoiaram a União Soviética, a República Popular da China e outros Estados socialistas durante a Guerra Fria. Alguns partidos socialdemocratas rotularam-se como “socialistas democráticos”, no entanto, com o declínio do modelo soviético suas políticas e objetivos mudaram em direção ao liberalismo e neoliberalismo.

Não existe uma significação clara para o socialismo democrático, sendo que muitos grupos de estudiosos divergem radicalmente sobre a definição do termo. Algumas explicações simplesmente referem como sendo socialismo democrático todas as tendências políticas que seguem uma via eleitoral, reformista ou evolucionista para o socialismo, ao invés de um único caminho revolucionário.

O socialismo democrático, tal como é praticado principalmente nos países escandinavos (Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia), continua extremamente vigoroso e é representado pelo conjunto dos governos de natureza social democrática que vêm ocupando o poder nesses países, de forma não ininterrupta.

Os sistemas sociais dessas nações se caracterizam pelo fato de haver uma carga tributária extremamente elevada, girando em torno de 50 a 60% do PIB, mas, em compensação, os referidos Estados proporcionam a suas populações serviços públicos de qualidade, principalmente nas áreas de saúde, educação, previdência e assistência social, amparo aos idosos e outros benefícios.

Relativamente a esses países, diz-se que eles garantem o bem estar dos seus cidadãos do “berço ao túmulo”. São nações que, ainda nos anos 30 do século passado, concluíram que o capitalismo não era perfeito, e que apresentava deficiências, mormente no que concerne à injustiça da distribuição social da riqueza. Desta forma, as nações escandinavas estruturaram um regime avançado em termos políticos e sociais.

**7.2 OBJETIVOS ALCANÇADOS**

Por intermédio da social democracia e de um pacto entre os fatores capital e trabalho, este último representado pelos sindicatos, este regime proporcionou justiça social e desenvolvimento econômico para as populações.

A evidência concreta e palpável de que essa modalidade de socialismo democrático deu certo, sob o ponto de vista econômico e social, é o fato de que esses países apresentam os melhores Índices de Desenvolvimento Humano do planeta, mensurados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que levam em conta indicadores tais como a expectativa de vida dos cidadãos, a taxa de escolaridade da população, a qualidade de vida e a renda per capita.

Na Europa Ocidental, a despeito da alternância no poder entre os sociais-democratas, trabalhistas e conservadores mais à direita em países como Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e Portugal, pode-se considerar que nesses países houve a instituição de sistemas de proteção social que atenuaram significativamente as distorções distributivas do capitalismo neoliberal, reduzindo as desigualdades sociais e contribuindo para o nivelamento e equilíbrio sociais desses países. Na Alemanha, o modelo de capitalismo com responsabilidade social foi denominado de “economia social de mercado”.

**7.3 Antecedentes no Brasil**

Em 1945, o Partido socialista Brasileiro era um projeto político conhecido como Esquerda Democrática. Um sonho político que se baseava em socialismo construído de forma gradual e respeitando as lideranças sindicais, as camadas sociais e políticas como um todo, para um nacionalismo forte em defesa da democracia.

1947 a 1965, o movimento político foi idealizado por seus fundadores: João Mangabeira, Domingos Vellasco, Hermes Lima, Rubem Braga, Osório Borba, Joel Silveira, José Lins do Rego, Jader de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Candido. Partido que propõe reformas de nacionalização de áreas economicamente estratégicas, a construção ampliada dos direitos trabalhistas, a garantia a saúde, educação e políticas sociais através dos meios de participação popular, contra o Regime Militar.

1985 a 1989 a conquista da democracia motivou novos movimentos do tecido social em torno da campanha pelas diretas. No primeiro congresso nacional em outubro de 1987, o partido fortalece sua identidade na defesa do socialismo que queremos.

Em 1988, participamos efetivamente da elaboração da nova Constituição Federal, momento de reordenamento das forças democráticas, através da Frente Brasil Popular.

1990 a 2005, Miguel Arraes no PSB, sob a liderança de Arraes, o partido alarga sua interlocução com os movimentos sociais e sindicais. Em setembro de 2003, realiza seu IV Congresso Nacional em Maceió, aprova o texto “Um Projeto para o Brasil” como eixo estruturante da formação partidária e elege nos congressos seguintes temas relevantes da sociedade política e civil brasileira.

LEIA MAIS

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | | SEMEANDO DEMOCRACIA: A TRAJETÓRIA DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NO BRASIL | | **Sinopse** | ESTE LIVRO RECUPERA HISTORICAMENTE A ATUAÇÃO DO PSB ENTRE AS DUAS DITADURAS OCORRIDAS NO BRASIL NO SÉCULO XX, ENTRE OS ANOS DE 1945-1965. DESTACANDO A CONCEPÇÃO DE PARTIDO SEMENTE E DE SEMEIO DOS IDEAIS SOCIALISTAS. | | **Produtor(es)/Autor(es):** | |  | | --- | | MIRACY BARBOSA DE SOUSA GUSTIN | | |

**7.4 Proposta dos Seguimentos Organizados para Governos Municipais do PSB**

A participação popular tem papel fundamental na transformação social. O pensamento do povo é a base da construção de novos ideais traduzidos através de uma proposta de plataforma de governo municipal. Dentre as muitas das atribuições de prefeitas e prefeitos destacam-se a correta administração e a prestação dos serviços básicos que atendem às necessidades da população.

Os movimentos sociais do PSB entendem que para se consolidar políticas de promoção de igualdade é indispensável o comprometimento dos gestores socialistas. A visão dos seguimentos está alicerçada na visão da sociedade, o que dá forças as ações dos representantes eleitos que buscam mudanças.

Os governos socialistas tem como base a proposta dos segmentos estruturados do partido que propõe as políticas públicas a serem implantadas nas cidades onde o PSB tem a gestão municipal como Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

**7.4.1 APRESENTAMOS A SEGUIR A SÍNTESE DESSAS PROPOSTAS:**

**7. 4.1.1 UMA POPULAÇÃO DE GESTÃO MUNICIPAL SOCIALISTA**

Com base nos princípios do Manifesto e Programa do Partido Socialista Brasileiro, a formulação de uma proposta política deverá focar a realidade de cada cidade, seja ela de grande, médio ou pequeno porte, todas elas perpassam pelo social, visando à qualidade de vida da população.

Sabemos que as políticas públicas são definidas no poder legislativo nesse processo, no entanto, as propostas das Políticas Públicas partem do Poder Executivo, e é esse poder que efetivamente as coloca em prática conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 23 em que atribui comumente a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Os instrumentos de planejamento de políticas públicas municipal são variados: Plano Diretor, Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento. Assim, o Momento Popular Socialista – MPS recomenda aos nossos socialistas que estão hoje ocupando cargos nas prefeituras regidas pelo PSB, seja como Prefeito (a), vice-prefeitos (as) e vereadores (as) a fazer um diagnóstico municipal, elaborar programas, promover a participação social sempre focada para uma cidade mais inclusiva e empreendedora.

**7.4.2 ARTICULAR E PROMOVER MULTIPLAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTROLE SOCIAL E A TRANSFERÊNCIA**

* Incentivando e apoiando a criação dos conselhos através de câmaras temáticas, que possam realizar estudos ou diagnosticar sobre temas de habitação, educação, mobilidade urbana e saúde;
* Estimular, incentivar e apoiar conselhos e conferências municipais, como por exemplo, saúde, educação, juventude, das cidades, entre outros temas;
* Implantar um processo de planejamento com a participação da sociedade civil e ampliar e qualificar as instâncias de intervenção e controle social;
* Transparências nos gastos públicos, assim cumprindo a Lei Capiberibe (Lei Complementar 131/09), que é de autoria do senador João Alberto Rodrigues Capiberibe (2003/2019 – PSB/AP);
* Monitoramento e avaliações das políticas implantadas.

**7.4.3 MOBILIDADE URBANA**

* Política de restrição do uso de transporte individual em áreas já poluídas;
* Implantação de sistema de controle de tráfego e de velocidade;
* Estimular e ampliar a política de ciclovias nos municípios como meio de trabalho e lazer, locais para estacionamento de bicicletas;
* Regulamentação municipal para serviço de moto táxi;
* Cumprir a política de acessibilidade;
* Promover campanhas sobre calçada é legal.

**7.4.4 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

* Incentivar a formação de cooperativas;
* Estimular o empreendedorismo e buscar a capacitação gerencial de pequenos negócios com fortalecimento do microcrédito;
* Promover a capacitação e o treinamento da mão de obra local, articulando com as demais esferas de governo, um sistema municipal de emprego e renda.

**7.4.5 HABITAÇÃO**

* Propor e elaborar projetos de revitalização e moradias dos centros das cidades de grande, médio e pequeno porte;
* Trabalhar uma política habitacional para atender a demanda por moradia de baixa renda é uma tarefa a ser enfrentada pelas Prefeituras Municipais.

**7.4.6 EDUCAÇÃO**

* Priorizar ensino fundamental e educação infantil, a valorização da vida, o esporte e lazer;
* Implantar programas envolvendo educação e Conselhos de Direito para valorização da vida e prevenção à violência e às drogas, trabalhando a família e levando-se em conta as necessidades e a cultura;
* Priorizar as áreas de risco social, integrando as creches e incentivando o aproveitamento das entidades que já atuem no setor;

**7.4.6.1 Elaborar projetos para manter aos finais de semana “escola de Portas Abertas”.**

* Cultura, esporte, recreação e lazer devem ser compreendidos de maneira integrada, entre si e com outras páreas como educação, saúde e geração de renda, sendo necessária uma articulação entre as políticas implantadas;
* Aperfeiçoar e aproveitar o uso de espaços já utilizados pela comunidade (escolas, praças, centros de cultura, centros comunitários, centros de referências, casas de cultura, bibliotecas, universidades publicas, unidades móveis, igrejas e clubes) para a realização de atividades culturais, de esporte e de lazer, com gestão das próprias comunidades e apoio da Prefeitura.

**7.4.7 POLÍTICAS PÚBLICAS EXCLUSIVAS PARA AS MULHERES**

Considerando a necessidade do fortalecimento sócio-político das mulheres jovens, trabalhadoras, idosas, negras, lésbicas, transexuais e com deficiência, propomos: inclusão de demandas mais abrangentes em defesa das mulheres nas políticas públicas governamentais.

Entende que a maior contribuição de um partido à concretização e afirmação de um sonho de crescimento e liberdade, para homens e mulheres, se dá por meio da efetivação de políticas públicas que atendem as diversidades sociais. Paralelamente aos esforços de conduzir um desenvolvimento econômico justo e solidário, é imprescindível, ampliar a percepção dos socialistas com mandato.

As mulheres socialistas do Partido Socialista Brasileiro apresentam a Plataforma de Políticas Públicas para as Mulheres nos Governos do PSB, que deverá ser implantada por prefeitas e prefeitos socialistas, eleitos em 2016, considerando que:

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – A promoção de uma nova relação entre homens e mulheres é ponto estruturante das políticas sociais socialistas;  2 – As políticas socialistas na construção da igualdade de oportunidade entre os sexos devem ser reconhecidas, pelas demais administrações municipais do país, como exemplo para enfrentar as discriminações e exclusões baseadas no gênero;  3 – As administrações municipais são responsáveis pelas políticas de atendimento às necessidades básicas da população, com possibilidade de influir sobre a formação dos indivíduos desde a sua mais tensa influência;  4 – As administrações municipais, por sua proximidade com as populações, gozam de um lugar privilegiado para promover as mudanças de comportamento, necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico proposto pelo modelo socialista. |

Assim, é indispensável à visão socialista do governo, no século XXI, introduzir, na gestão, o compromisso de construir espaços institucionais para a efetivação das políticas para mulheres e garantir no campo da educação instrumentos de transformação do machismo.

Valorizando, agora, as principais demandas levantadas pelas mulheres em todo o país, pretende provocar um olhar especial sobre a saúde da mulher, sobre a sua inserção no mercado de trabalhos e sobre o enfrentamento da violência doméstica e sexista a que estão secularmente submetidas, e que tanto penaliza a nossa sociedade, como um todo, atingindo, também, de forma perversa as crianças.

**7.4.7.1 SAÚDE INTEGRAL DAS MULHERES E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Ampliação para 180 dias, do Direito à Licença Maternidade para as servidoras Municipais;  2 – Integração do município à Rede Nacional de Bancos de Leite Humano;  3 – Promoção de ações e ampliação de acesso a informações sobre prevenção, tratamento e controle das doenças sexualmente transmissíveis, HPV, HIV/ AIDS e hepatites virais;  4 – Promoção da atenção à saúde mental das mulheres com sofrimento mental, causado pelo uso de substâncias psicoativas (álcool, crack e outras drogas, agrotóxicos);  5 – Implantação e execução do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, criado desde 1983, priorizando as seguintes ações:   * Criação de Programa de Atenção às Mulheres Gestantes, com prioridade de atendimento médico e hospitalar humanizado, na hora do parto; * Funcionamento de serviços de aconselhamento para amamentação; * Criação de Programa de Prevenção e Atenção à Gravidez na Adolescência; * Criação de Programa de Planejamento Familiar;   6 – Fiscalização da implementação da Lei do Parto n.º 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do SUS;  7 – Implantação de serviços municipais para garantir a efetivação dos direitos das mulheres à mamografia e aos exames preventivos do câncer de útero, com o fim de reduzir a mortalidade feminina por essas malignidades;  8 – Criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama e de Útero, fortalecendo a consciência da população para a importância da prevenção;  9 – Criação de Programa de Redução de Danos no enfrentamento ao uso de drogas;  10 – Elaboração e implantação de um Plano Municipal de Combate à Epidemia de Feminização da AIDS e outras DST’s;  11 – Fiscalização da instituição da Lei de Brinquedotecas n.º 11.104, de 21 de março de 2005, da autoria da deputada federal por São Paulo Luiza Erundina de Sousa, quando nos quadros do PSB. |

**7.4.7.2 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA MULHERES**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Promover a qualificação profissional das mulheres de acordo com as políticas de desenvolvimento, valorizando a sua formação técnica e tecnológica;  2 – Construir parcerias com o Governo Federal e com empresas provadas para construir creches nos bairros, facilitando a vida profissional das mulheres;  3 – Priorizar nos programas de emprego e renda as mulheres chefes de família;  4 – Fomentar a organização de cooperativas e associações de mulheres, como forma de gerar renda;  5 – Criar mecanismos municipais de microcréditos e criando condições especiais de acesso para as mulheres chefes de famílias. |

**7.4.7.3 ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Criação de Centros de Referência da Mulher, no âmbito dos governos municipais, vinculados aos organismos municipais de políticas para as mulheres, para orientar as mulheres quanto ao seu direito a uma vida livre de violência;  2 – Enfrentamento e não aceitação ao assedio sexual no espaço de trabalho;  3 – Integração de equipes municipais aos planos, programas e serviços de combate sistemático ao tráfico de mulheres;  4 – Proibição expressa do uso da imagem da mulher nas campanhas publicitárias dos governos municipais;  5 – Proibição expressa de contratação de bandas musicais, que executem músicas que destratem a imagem da mulher, para eventos oficiais do município, ou que o município patrocine;  6 – Apoio das forças municipais a implantação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres, em regime de 24 horas, e/ou postos nas delegacias existentes ao atendimento adequado das mulheres;  7 – Divulgação permanente, por meio dos mecanismos institucionais, da Lei Maria da Penha;  8 – Enfrentamento contra a exploração sexual e ao tráfico de mulheres. |

**7.4.7.4– FORTALECIMENTO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Sensibilização da sociedade e estabelecimento de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;  2 – Estímulo às mulheres no controle social das políticas, especialmente por meio do fortalecimento dos Conselhos dos Direitos da Mulher estaduais, distrital e municipal;  3 – Criação, revisão e execução de legislação e instrumentos normativos, com vistas à igualdade de oportunidades das mulheres, e entre as mulheres, na ocupação das posições de decisão nas distintas esferas do poder público. |

**7.4.7.5 EDUCAÇÃO PARA MULHERES**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Criação de programas específicos para a formação técnica de mulheres;  2 – Realização de programas para a alfabetização de mulheres;  3 – Inserção na grade curricular da temática sobre gênero;  4 – Ampliação no número de creches municipais;  5 – Promoção de cursos à formação continuada dos gestores e das gestoras, assim como de profissionais da educação para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades;  6 – Ampliação no acesso e na permanência à educação de mulheres com baixa escolaridade. |

**7.4.7.6 MULHERES NA GESTÃO**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Criação e Fortalecimento de equipamentos municipais, como Secretaria ou Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres;  2 – Criação dos centros de referência ao atendimento das mulheres em situação de violência, com capacidade para prestarem serviços nas áreas psicológica, jurídica e social;  3 – Geração e consolidação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher;  4 – Garantir a transversalidade da Política de Gênero entre as secretarias estaduais e municipais. |

**7.4.7.7 FORTALECIMENTO SÓCIO-POLÍTICO DAS MULHERES JOVENS, TRABALHADORAS, IDOSAS, NEGRAS, LÉSBICAS TRANSEXUAIS E COM DEFICIÊNCIA**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Fomento à implantação das ações de enfrentamento à discriminação;  2 – Incorporação das especialidades das mulheres nas políticas públicas de gênero;  3 – Produção, incentivo e publicação dos estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre a igualdade de gênero. |

**7.4.8 A JUVENTUDE E A SUA CIDADE**

Ao longo da história do Brasil, a juventude esteve sempre na vanguarda das grandes transformações sociais, como na luta pela soberania do petróleo, no enfrentamento à ditadura, nas Diretas já, no Fora Collor e, recentemente, nos movimentos pelo passe livre. A liderança dos jovens garantiu, ainda, marcos legais fundamentais para a efetivação dos direitos da juventude, por meio do Estatuto da Juventude.

Apresentamos aos nossos prefeitos vice-prefeitos e vereadores, gestores diversos das prefeituras, as seguintes sugestões, baseadas nesses eixos, que ajudarão no desenvolvimento integral juvenil nas cidades:

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone  1 – Promover o desenvolvimento sustentável da juventude;  2 – Garantir a Equidade de Oportunidades e as Políticas Afirmativas;  3 – Fomentar a Cultura de Paz;  4 – Respeitar a Liderança Juvenil, mediante o fortalecimento da Participação Autônoma e da promoção da Cidadania Ativa;  5 – Apoiar a Livre Expressão e a Cultura Juvenil. |

O momento atual exige dos gestores públicos ações reais que melhorem, de fato, a vida de jovens, visando assegurar a essa população o Direito à Cidade.

As gestões socialistas nos municípios realizaram programas e projetos que podem nortear a execução das Políticas de Juventude.

Ações como passe livre, Prouni Recife, Programa de Robótica nas Escolas, cursos de qualificação profissional e distribuição dos tablets educacionais na rede pública de ensino, objetivando garantir a equidade nas oportunidades.

A requalificação dos espaços públicos, como praças e parques, bem como a criação dos dispositivos de lazer, como o skate park, são exemplos de valorização da Cultura Juvenil.

**7.4.8.1 Boas Práticas – VALORIZANDO A JUVENTUDE**

Geraldo Júlio constituiu o Prouni Recife, que pode ser uma estratégia adotada para se suprir as demandas ocasionadas nos cortes de gastos do Governo Federal. O programa é simples: consiste em oferecer bolsas de estudos para os estudantes e professores da rede pública, possibilitando que eles estudem em universidades aprovadas. Para que o abatimento na mensalidade se revele sustentável, as instituições de ensino terão descontos no pagamento do Imposto Sobre Serviço (ISS) à prefeitura.

* Propomos a disponibilização de internet sem fio não só para as escolas, mas para a comunidade em torno dela. Investimento nas aulas de inglês e espanhol e preparação dos estudantes para os diversos programas de intercâmbio existente.
* O enfrentamento ao crack e outras drogas também precisa ser prioridade. O tratamento e atenção aos usuários deve ser ampliado, com abordagem, inclusive, nas ruas e com um serviço de pós-acolhimento muito bem elaborado em busca dos melhores resultados.
* Investir nos equipamentos públicos (teatros, auditórios, praças, palcos) e disponibilizá-los para os artistas locais, promovendo um calendário cultural, que busque, cada vez mais, a difusão da cultura e a valorização desses profissionais.
* O empreendedorismo é uma pauta muito importante a ser observada, principalmente em momentos de crise. É preciso incentivá-lo, por meio da elaboração de políticas públicas, colocando-o lado a lado com o investimento em criatividade, tecnologia e conhecimento dos jovens gerando assim mais oportunidade de emprego, trabalho e renda em diversas áreas.
* Defendemos a construção de programas de governos pautados na criação de espaços públicos em nossas cidades, capazes de trabalhar com a perspectiva da inclusão social e da garantia de oportunidades iguais para os nossos jovens, em especial à juventude do campo.

**7.4.8.2 EDUCAÇÃO E CIDADANIA – VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Erradicar o analfabetismo entre os/as jovens e aumentar a escolaridade da população; 2. Desenvolver políticas inovadoras que garantam a permanência dos jovens na escola; 3. Buscar a reestruturação dos currículos da educação básica, referenciada numa matriz de educação para a sustentabilidade e cidadania ativa; 4. Reconhecer os processos educativos para além do ambiente escolar e impulsionar a formação para o empreendedorismo, com enfoque territorial e solidário; 5. Implantar programas de qualificação profissional que dialoguem diretamente com as necessidades locais e abram novos campos de trabalho para a juventude. |

**7.4.8.3 TRABALHO, EMPREGO E RENDA – JUVENTUDE**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Institucionalizar políticas que promovem a inserção dos/as jovens em condições dignas de trabalho; 2. Imediatamente, é preciso reduzir a jornada de trabalho e aumentar a fiscalização da contratação de aprendizes e estagiários, evitando sua utilização como forma de precarização do trabalho juvenil; 3. Aumentar as políticas de crédito para a juventude incentivando e viabilizando o empreendedorismo, o corporativismo e a economia solidária. |

**7.4.8.4 POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A JUVENTUDE**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Implantar políticas para a promoção da igualdade racial, do combate à homofobia e ao racismo, buscando a equidade de gênero, mobilidade e acessibilidade para as pessoas com deficiência, almejando garantir a inclusão social da juventude; 2. Implementar, nas administrações socialistas, políticas para a equiparação salarial entre homens e mulheres, especialmente entre os grupos jovens; 3. Criar mecanismos de combate e prevenção à violência contra as mulheres. |

**7.4.8.5 CULTURA, ESPORTE E LAZER**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Garantir serviços e equipamentos específicos para a juventude, adequados para o desenvolvimento de oportunidades e alternativas para o exercício do tempo livre e para as práticas culturais e esportivas; 2. Viabilizar fundos públicos para financiamento de projetos culturais e esportivos independentes por meios de editais. |

**7.4.8.6 PROMOVER A SAÚDE INTEGRAL – JUVENTUDE**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Implementar políticas de atenção integral a saúde do jovem voltadas para prevenção de DST/HIV/AIDS e o uso abusivo de drogas, com atenção especial ao crack, considerando as diretrizes da política nacional de redução de danos; 2. Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), qualificando profissionais para o atendimento da população jovem. |

**7.4.8.7 REDUZIR A MORTALIDADE DA JUVENTUDE**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Criar mecanismos que diminuam a violência letal praticada por agentes da segurança pública contra a população jovem, em especial, a negra e a residente nas periferias; 2. Criar espaços de diálogo entre os jovens e os organismos de segurança pública para a efetivação de um sistema de segurança pautado pela prevenção da violência e na Defesa dos Direitos Humanos; 3. Criar a rede ao enfrentamento à violência contra a juventude por meio da conexão de ações no âmbito da sociedade civil e do poder público em todos os níveis. |

**7.4.9 TRANSPARÊNCIAS NAS CONTAS PÚBLICAS**

A transparência na arrecadação e nos gastos públicos está garantida pela Lei n.º 131/2009, da autoria do senador João Capiberibe (PSB/AP). A lei representa um avanço no combate a corrupção e é considerada uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia.

É imprescindível criar portais de transparência para que a sociedade tenha acesso aos gastos públicos, além de:

1 – explicitar que o mandato tem planejamento de orçamento;

2 – incentivar a educação política;

3 – subsidiar o combate à corrupção.

**7.5 SEGMENTO ORGANIZADO NSB, PARA GOVERNOS MUNICIPAIS DO PSB**

A participação popular tem o papel fundamental na transformação social. O pensamento do povo é a base da construção de novos ideais traduzidos através de uma proposta de plataforma de governo municipal.

Dentre as atribuições de prefeitas e prefeitos destacam-se a correta administração e a prestação dos serviços básicos que atendam as necessidades da população. Isto é de fato a consolidação de uma nova cultura política, socialista e democrática.

Os movimentos sociais do PSB entendem que para se consolidar políticas de promoção de igualdade é indispensável o comprometimento dos gestores socialistas, bem como de seus parlamentares.

***“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e se podem aprender a odiar, pode-se ensinar a amar.”***

***Nelson Mandela***

O povo negro no Brasil de norte a sul, clama e luta nas searas política e social por igualdade de direitos civis, por justiça social, por um sistema educacional digno de ensino-aprendizagem, por direito nas oportunidades igual entre brancos e negros, por respeito à diversidade e por fim, pela construção de uma sociedade plural e igualitária.

Com a defesa desses ideais, não queremos tirar ou suprimir direitos já garantidos pela população branca, queremos tão somente que seus direitos não obscureçam os nossos direitos. Sabemos que reparação etnicorracial, políticas públicas e ações afirmativas por si só não legitimam a igualdade entre negros e brancos.

Exige-se do poder público a execução, a fiscalização e a aplicabilidade das leis. Da população negra se requer organização, participação e enfrentamento político para que possam sonhar a utopia de uma sociedade justa e respeitosa aos diretos humanos.

Queremos ver os prefeitos e prefeitas em seus municípios formando educadores e educadoras no sentido de erradicar, da sociedade brasileira, a discriminação etnicorracial. O verdadeiro socialista em sua conduta política e na natureza da sua ideologia socialista condena e repudia toda e qualquer forma de intolerância.

**7.6 AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NOS MUNICÍPIOS.**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Incorporação da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial nos Programas Governamentais; 2. Monitoramento e acompanhamento da implantação e execução da Política e do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial pelas prefeituras; 3. Publicização da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial; 4. Estruturação de estratégias que garantam a incorporação das políticas de promoção da igualdade racial nos programas governamentais; 5. Garantia de práticas institucionais de controle social que assegure o princípio da gestão democrática; 6. Construção coletiva de ações em parceria com o conjunto das secretarias afins que contribuam para eficácia de políticas transversais nas questões etnicorraciais; 7. Instituição de mecanismo de gestão por meio de Assembleia Municipal de Promoção de Igualdade Racial; 8. Implantação e realização do Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial. |

**7.7 EDUCAÇÃO**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Garantir ações de acesso e permanência, bem como a melhoria do desempenho de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, indígenas, e demais grupos descriminados, em todos os níveis da educação escolar, considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial; 2. Assegurar a formação doa/as trabalhadores/as da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicos raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; 3. Assegurar políticas públicas de redução da evasão escolar e defasagem idade-série dos/as alunos/as pertencentes aos grupos étnicos raciais discriminados; 4. Assegurar ações que visem eliminar o analfabetismo entre as populações negras, indígenas e demais grupos étnicos raciais discriminados; 5. Garantir o cumprimento, por meio de um Decreto Municipal, do Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03, que trata sobre a educação para as relações etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, bem como da lei 11.645/08, que inclui a educação indígena; 6. Assegurar a divulgação do Plano Nacional de implantação da lei 10.639/03, por meio de campanhas sistemáticas, na mídia televisiva, radiofônica e visual; 7. Formar e informar os movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros brasileiros sobre os conteúdos do Plano Nacional de implementação da lei 10.639/03, bem como a lei 11.645/08; 8. Estimular o uso de bens materiais e imateriais do patrimônio cultural das comunidades de terreiro, bem como enfrentar a intolerância religiosa dentro da escola; 9. Assegurar ações que permitam a convivência entre as diferenças religiosas, exercitando a prática da aceitação e do diálogo pluriétnico; 10. Assegurar o quesito raça/cor e denominações religiosas em todas as fichas de matriculas dos/das alunos/as nos diferentes níveis dos sistemas de ensino, respeitando a opção étnica e religiosa da autoreclamação; 11. Estimular e incentivar os representantes oficiais das unidades federais de ensino e adotarem o sistema de reserva de vagas para negros/negras e indígenas no ingresso às universidades públicas; 12. Apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a realização de políticas de ação afirmativa para a população negra; 13. Reformular o círculo escolar de modo que os conteúdos programáticos estejam fundados em pressupostos históricos, sociais e antropológicos de acordo com a realidade do/a aluno/a negro/a e afrodescendentes, com a finalidade de superar práticas preconceituosas presentes no material didático. |

**7.8 SAÚDE**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Implementar a política municipal de saúde integral da população negra e a efetivação do acompanhamento das ações planejadas; 2. Garantir ações intersetoriais para desenvolvimento de projetos em consonância com a Política Municipal de Saúde em consonância com a Política Municipal de Saúde da População Negra; 3. Identificação, cadastramento e acompanhamento da atenção básica de 100% das crianças com doença falciforme; 4. Realização de projetos (seminários, oficinas, cursos) em parcerias com movimentos sociais e demais setores visando articular a política de promoção da saúde com destaque para a saúde da população negra; 5. Assegurar o aumento nas vagas para o tratamento dos dependentes de drogas lícitas e ilícitas no Sistema Municipal de Saúde, sobretudo no atendimento da população negra; 6. Garantir a integridade, com equidade, na atenção a saúde da população negra; 7. Fortalecer a dimensão etnicorracional no Sistema Único de Saúde, incorporando-a na elaboração, implementação, controle social e avaliação dos programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde; 8. Aferir e combater o impacto biopsicossocial do racismo e da discriminação na constituição do perfil de morbimortalidade da população negra; 9. Promover ações que assegurem o aumento da expectativa de vida e a redução da mortalidade da população negra; 10. Ampliar o acesso da população negra, com qualidade e humanização, a todos os níveis de atenção à saúde, priorizando a questão de gênero e idade; 11. Desenvolver ações específicas de combate à disseminação de HIV/AIDS e demais DSTs junto às populações negras; 12. Assegurar a implementação do programa nacional de atenção integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias; 13. Disseminar informações e conhecimento junto à população negra, e demais grupos etnicorraciais discriminados, sobre suas potencialidades e suscentibilidades em termos de saúde, e os conseqüentes riscos de normalidade; 14. Implementar o quesito raça/cor nos formulários em todo o sistema de saúde dos municípios brasileiros; 15. Assegurar a formação com inclusão dos demais racismos e saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos (as) trabalhadores (as) da saúde e no exercício do controle social; 16. Assegurar a publicização da saúde da população negra envolvendo todos os segmentos da administração pública do município por meio de pesquisa assegurando sua ampla divulgação; 17. Tornar realidade o processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e a redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde; 18. Criar programa de assistência à saúde da mulher negra que realizem ações direcionadas para a saúde da mulher negra, com ênfase na sexualidade (gravidez na adolescência, pré-natal, parto e abortamento inseguro e suas complicações), DST (feminização da AIDS), doenças crônicas degenerativas, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, câncer ginecológico e anemia falciforme, planejamento familiar (orientação e acesso a laqueadura tubária e vasectomia), climatério, saúde mental e em sistema prisional, no combate a violência doméstica e sexual da mulher negra; 19. Definir rubrica e destinação de recursos específicos para a execução de políticas públicas de atenção à saúde da população negra; 20. Tornar público, por meio de campanhas anuais das políticas de Prevenção e Atenção à Saúde da População Negra; 21. Fortalecer o Fórum Municipal de políticas de atenção à saúde da população negra. |

**7.9 CULTURA**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Assegurar o reconhecimento e a valorização da pluralidade religiosa, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988; 2. Dar visibilidade aos marcos históricos significativos das diversas etnias e grupos historicamente discriminados, no calendário festivo da cidade de Vitória; 3. Fomentar as manifestações culturais dos diversos grupos etnicorraciais brasileiros e ampliar sua visibilidade na mídia; 4. Garantir a instituição do feriado municipal no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra; 5. Preservar o patrimônio cultural material e imaterial dos diversos grupos étnicos brasileiros; 6. Promover ações educativas e culturais referentes as datas históricas significativas da população negra e da luta contra o racismo institucional; 7. Realizar ações educativas e culturais nas datas significativas da população negra ampliando e valorizando o conhecimento sobre a África e o saber histórico negro e indígena. |

**7.10 SEGURANÇA PÚBLICA**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Promover ações com a Segurança Urbana, voltadas para a proteção de jovens negros e contra quaisquer tipos de violência; 2. Estimular os setores da Segurança Urbana para atuarem na proteção das comunidades de terreiro; 3. Combater todas as formas de violação dos direitos humanos, sobretudo aquelas praticadas contra as mulheres negras e o seguimento LGBT; 4. Atender as demandas de usuários de drogas como questões de saúde pública e não de política, sobretudo as praticadas na população negra; 5. Eliminar a exploração do trabalho infantil, especialmente o doméstico e sobretudo entre as crianças negras; 6. Eliminar o tráfico e a exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo da etnia negra; 7. Assegurar implantação de políticas públicas para reinserção social e econômica dos/as adolescentes e jovens egressos/as, respectivamente, da internação em instituições socioeducativas ou do sistema prisional; 8. Realizar ações de enfrentamento ao racismo institucional contra negros; 9. Efetivar ações de segurança que atendem à especificidade de negros e comunidades de terreiros. |

**7.11 COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Pesquisa que visem à identificação de quilombos urbanos no município; 2. Promover ações que contribuam no desenvolvimento econômico sustentável das comunidades remanescentes de quilombos urbanos, inserindo-as no potencial produtivo da cidade; 3. Proporcionar o efetivo controle social das políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos urbanos; 4. Assegurar a proteção das terras das comunidades desses segmentos; 5. Preservar o patrimônio cultural, material e imaterial dessas comunidades; 6. Mapear a identificação e o levantamento socioeconômico dessas comunidades; 7. Incentivar ações de sustentabilidade para essas comunidades. |

**7.12 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Assegurar assistência jurídica gratuita na regularização dos imóveis de terreiro, bem como a isenção de impostos; 2. Buscar mecanismos para o reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiro como espaço sagrado e como patrimônio imaterial, garantindo o livre acesso a esses espaços e não violação de suas práticas religiosas; 3. Combater as práticas midiáticas de discriminação contra as comunidades de terreiro e de intolerância religiosa; 4. Estimular a preservação dos templos registrados como patrimônio cultural; 5. Garantir o cumprimento do preceito constitucional de liberdade de crédito; 6. Instigar o caráter laico do Estado Brasileiro nas atividades educativas, comemorativas e festivas do serviço público. 7. Mapear a situação fundiária das comunidades tradicionais de terreiro assegurando-lhes a devida legalização cartorial; 8. Oportunizar práticas que permitam o enfrentamento a intolerância religiosa; 9. Realizar ações que possam promover melhorias de infraestrutura nas comunidades tradicionais de terreiro. |

**7.13 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Criar, fortalecer e ampliar programas e projetos de desenvolvimento social e segurança alimentar e nutricional, com ênfase nos saberes e práticas, de contextos sócio religiosos de matriz africana; 2. Desenvolver mecanismos de controle social de políticas, programas e ações de desenvolvimento social e combate a fome, garantindo a representação de todos os grupos etnicorraciais nas instâncias de controle social de renda, cidadania, assistência social e segurança alimentar e nutricional para a população negra, grupo de índios urbanos e de comunidades de terreiros; 3. Fortalecer as interrelações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA com as entidades representativas de comunidades de terreiros; 4. Garantir políticas Fortalecer as ações de combate a pobreza e a fome na cidade, incorporando a perspectiva etnicorracial em todas as ações de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, e nos programas de transferência condicionada de renda do Governo Federal, com prioridade as mulheres negras, chefes de família; 5. Incorporar as necessidades das comunidades negras nas diretrizes de planejamento das políticas de assistência social e de segurança alimentar e nutricional; 6. Incrementar a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania, de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva, voltadas para o seguimento da população negra e indígena; 7. Promover a igualdade de direitos no acesso ao atendimento socioassistencial, à segurança alimentar e nutricional e aos programas de transferência condicionada de renda, sem discriminação etnicorracial; 8. Registrar o quesito raça/cor dos/as beneficiários/as nos diversos instrumentos de cadastro dos programas de assistência social, de segurança alimentar, de renda e cidadania. |

**7.14 POLÍTICAS URBANAS**

|  |
| --- |
| Resultado de imagem para fique de olho icone   1. Articular o acesso da população negra urbana aos programas de política habitacional nacional e municipal; 2. Estabelecer política de promoção da igualdade racial nos programa de financiamento de habitação e interesse social; 3. Estimular a busca de soluções para os problemas ambientais, sobretudo nas áreas de maior abrangência de população negra; 4. Fornecer as comunidades de terreiro a orientação técnica nas edificações e/ou reestruturação das casas de culto das religiões de matriz africana; 5. Garantir a representação do Movimento Negro nos diversos mecanismos e fóruns de participação e controle social das Políticas Urbanas das Cidades Brasileiras; 6. Promover o saneamento básico nas áreas habitadas pelas comunidades negras urbanas. |

**7.15 POLÍTICAS PÚBLICAS AOS GOVERNOS MUNICIPAIS DO PSB NA CONCEPÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS**

**7.15.1 REFORMA URBANA**

1. Defesa das gestões sustentável das cidades: “É inaceitável ver em que se transformaram as grandes metrópoles brasileiras. Uma multidão de gente vindo dos mais longínquos lugares do nosso país, filhos do êxodo rural. Em 50 anos o Brasil inverteu os números de 80% da população que vivia no campo para as cidades, filhos do desemprego ou do subemprego, amontoados nas favelas das grandes cidades, a mercê da sorte, do tráfico e, mais recentemente, da milícia. Faltam-lhe empregos descentes, saúde, saneamento e segurança. Falta-lhes a cidade de bem estar social. Faltam-lhes governos sérios, pois os poucos sérios, sozinhos, são insuficientes, diante de tanto para se fazer. Perdemos na correlação de forças, até quando o povo despertar e tomar para si, seu destino” (texto da tese aprovada no VIII Congresso Sindical do PSB, em 2014).
2. A violência é uma questão complexa e não se restringe à dicotomia polícia contra bandido; há de se envolver a população no pertencimento da Cidade com seus equipamentos e valores.
3. Ampliar a concessão do passe livre para estudantes, deficientes e idosos.
4. Aumento na rede de proteção social, principalmente, para jovens e adolescentes.
5. Combate à especulação imobiliária que, na cidade, se equipara ao latifúndio no campo – implantar imposto progressivo.
6. Defesa dos serviços essenciais; defesa da Educação Pública, laica e democrática; Universalização da Saúde Pública – Defesa do SUS; Moradia – combate ao déficit habitacional com a com construção de moradias populares e avançar nos financiamentos pelo poder público.
7. Fortalecimento das Guardas Municipais em medidas preventivas de combate à violência e preservação da segurança.
8. Luta para a implantação do Plano Diretor das Cidades, construídos democraticamente, como está previsto no estatuto da cidade.
9. Não criminalização do transporte alternativo – Regulamentação de legalização.
10. Polícia de segurança pública com valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da segurança.
11. Proteção do meio ambiente, eticamente sustentável – Todas as questões relacionadas com o meio ambiente deverão fazer parte de uma nova concepção de vida na cidade. Punições severas contra os crimes ambientais – Constituição de comitês ambientais com participação popular.
12. Reforma fundiária, combate a especulação imobiliária.
13. Resguardo de um novo modelo de transporte – Fortalecimento e ampliação do transporte de massa de qualidade, principalmente os sobre trilhos e sistemas inteligentes de transporte de massa.
14. Revisão das tarifas de transporte objetivando combater os abusos desses setores empresariais.

**7.15.2 PLENO EMPREGO E TRABALHO DESCENTE**

1. O pleno emprego passará pela defesa da redução da jornada de trabalho, o combate a rotatividade e contra a precarização e redução de direitos.
2. Combate à discriminação das mulheres, jovens, negros, por orientação sexual e deficiente no acesso e permanência no emprego de qualidade.
3. Combate à automação indiscriminada e a sua resultante, com a consequente reinserção dos trabalhadores e trabalhadoras vítimas do desemprego.
4. Aumento da escolaridade, formação e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.
5. Defesa do concurso público em todas as esferas e setores.
6. Combate à terceirização.
7. Plano municipal de qualificação e requalificação profissional.
8. Plano municipal de desenvolvimento do trabalho, emprego, renda e qualificação profissional, voltado às vocações locais.

**7.15.3 MELHORES SALÁRIOS**

1. Defesa da política de valorização dos salários dos servidores.
2. Mesas permanentes de negociação com os servidores.
3. Resguardo do piso nacional da educação pública.

**7.15.4 RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

1. Reconhecimento do comitê de local de trabalho e a representação de base, com estabilidade para seus membros.
2. Garantia da estabilidade e licença para os dirigentes sindicais eleitos pelas organizações sindicais.
3. Defesa do custeio para as organizações sindicais, arrecadação e repasse em folhas de pagamento.
4. Mesas permanentes de negociação com o sindicato representativo da categoria.
5. Regulação dos direitos de organização e negociação no setor público.

**7.15.5 – AMPLIAR E UNIVERSALIZAR OS DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS**

1. Defesa da previdência pública e sua universalização.
2. Combate ao trabalho escravo e a abominável exploração de crianças.
3. Combate a todo e qualquer retrocesso nas regras da previdência dos servidores.
4. Nenhum retrocesso de direitos – Avançar na conquista de novos diretos.
5. Funções iguais, salários iguais – Não aceitamos a discriminação das pessoas, muito menos em ambiente de trabalho, seja por etnia, raça, gênero, orientação sexual, idade e deficiência.
6. Defesa do aumento da licença maternidade e paternidade.
7. Defesa da saúde do trabalhador e trabalhadora, com também a efetiva segurança, medicina e higiene no trabalho.
8. Instituição de plano de carreira e salários.

**7.15.6 AMPLIAR E DEMOCRATIZAR**

1. Aumento da partilha orçamentária para os municípios.
2. Defender a participação da sociedade civil nas definições dos orçamentos públicos.
3. Planejamento participativo das cidades.
4. Valorização do s fóruns de participação popular.

**7.15.7 UMA NOVA GOVERNANÇA**

1. Buscar uma nova visão sobre o orçamento, planejamento e gestão.
2. Garantir a aplicação das verbas destinadas á saúde, educação e demais serviços sociais.
3. Implantação de planos de qualificação profissional relacionados com o desenvolvimento regional e local.
4. Instituição e fortalecimento das secretarias de trabalho, emprego, renda e qualificação.
5. Pela aplicação imediata da lei 131/09, Lei da Transparência, em todas as estâncias da administração pública.
6. Renovação na relação com os poderes institucionais, em especial a Câmara de Vereadores.
7. Uma nova relação com os movimentos sociais representativos e com os fóruns da cidade.

**7.15.8 REPARAÇÃO DE DIREITOS**

Defesa da demarcação e regularização das terras indígenas e dos quilombos.

**7.16 POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SOCIALISTAS EM DEFESA DA LIVRE ORIENTAÇÃO-SEXUAL**

As políticas afirmativas para o respeito à Diversidade Sexual e combate a homofobia carecem de uma maior inserção dos partidos políticos e seus respectivos parlamentares (deputados, senadores, governadores, vereadores e prefeitos) no tocante a defesa e à livre orientação sexual.

No campo da política, os grupos de esquerda têm tomado à frente da bandeira e/ou causa dos Direitos Humanos, bem como vêm aglutinando e organizando essas temáticas no âmbito dos partidos. é imprescindível, o fortalecimento dos movimentos sociais dentro do PSB, bem como nas gestões parlamentares dos socialistas.

O socialismo só se dará de forma efetiva e ampla quando a adversidade for considerada não somente como uma característica, mas sim como um fator indispensável ao partido como pensar suas posições políticas e a construção de políticas públicas para todos.

Pensar o socialismo, hoje, no âmbito sociocultural e político, requer uma dada atenção aos Direitos Humanos e Cidadania, bem como na defesa da liberdade, igualdade e alteridade dos sujeitos em sua diferença e diversidade.

O materialismo histórico nos possibilita compreender a sociedade do prisma dos arranjos sociais que se estruturam em sistemas de exclusão e marginalização que operam a partir das diferenças de classes, e que nos tempos atuais se agravam nos recortes do gênero, da etnia, da orientação sexual e etc.

O Socialismo em real exercício, no contexto sociocultural brasileiro, requer particular atenção sobre o desenvolvimento para além do crescimento econômico. Um Socialismo que garante a igualdade a partir do enfrentamento da miséria, da alienação do trabalho e da desigualdade de direitos econômicos, é essencial para a luta de classes. Não há Socialismo pleno em suas diversas gestões públicas.

O Combate à homofobia, ao machismo e a promoção da igualdade de gênero são essenciais para o processo de significação dos sujeitos socialistas para com o mundo e do mundo para com os sujeitos socialistas.

**7.17 Eixos políticos norteadores para uma política municipal LGBT**

A defesa do Estado Laico: O Brasil, através de sua Constituição, garante a laicidade do estado, considerando que nenhuma religião é padrão no nosso país. Sejamos católicos, evangélicos, espírita ou de religião de matriz africana, o direito de ir e vir, sem quais quer distinções, sem discriminação de raça, etnia, orientação sexual e gênero, deve ser considerado, garantido e respeitado.

Isso é mais importante entender na voz e na pauta de quem se apresenta como candidato do Partido Socialista Brasileiro – PSB.

**1 – Criação dos Conselhos Municipais LGBT:** A exemplo de alguns municípios geridos pelo PSB, tal como Belém de São Francisco – PE, é preciso apoio para formação – via decreto – do Conselho LGBT,para que as políticas do seguimento sejam reforçadas e executadas em parceria com a Sociedade Civil Organizada;

**2 – Apoio às Paradas da Diversidade:** Anualmente, as Paradas das Diversidades trazem um momento político às ruas, em que se busca promover a reflexão da sociedade acerca dos crimes homofóbicos e da necessidade de se respeitar a Diversidade Sexual. É necessário entender a Parada como uma ação social política, que deve constar no Plano de Ação cultural e de Direitos Humanos das Prefeituras.

**3 – Criação de Coordenação, Assessoria ou Gerência Municipal de Livre Orientação Sexual**: a exemplo das Cidades de João Pessoa, Recife, e Brasília, aonde temos Gerência, Coordenadoria e Assessoria LGBT, nas gestões do PSB. Entendemos que não adianta incluir o segmento LGBT ou minorias, se não há uma discussão específica, com verba própria para ações públicas voltadas aos segmentos. Estar incluído numa Coordenadoria de Direitos Humanos ou minorias, sem verba específica para política municipal LGBT, é tudo e não é nada para uma atenção afirmativa a esse segmento.

**4 – Criação de Fundo Municipal de combate à homofobia: N**a perspectiva de ampliar e de fortalecer a Coordenadoria ou Gerência LGBT na gestão municipal do PSB.

**5 – Fortalecimento do Plano Municipal de DST/AIDS:** Infelizmente o político LGBT ainda carece de grande atenção concernente às DST’s, por conta da vulnerabilidade do segmento para essas doenças infectocontagiosas. Por conta dos estigmas de grupo de risco e demais preconceitos sofridos em postos de saúde, muitos LGBT se negam fazer testagens, tratamento e etc.

**6 – Capacitação de guardas municipais e profissionais da área da saúde:** Cotidianamente, muitos casos de homofobia e discriminação ocorrem nos espaços públicos por parte de servidores públicos. O direito a bens comuns tais como saúde, educação e segurança cidadã são comprometidos quando os Travestis, Gays, lésbicas são excluídos de um serviço qualificado e incluso.

**7 – Educação e uma escola sem homofobia:** entendemos que a educação é um instrumento para um a real luta de classes, uma real conquista de corações e mentes. A lei por si só não conquista pessoas a entenderem o respeito ao diferente como essencial para o bem-estar social. Desse modo sugerimos:

7.1 – Formação de professores com a tematização e instrumentalização do docente a cerca do gênero e diversidade;

7.2 – Inclusão da orientação sexual como temática transversal nos componentes curriculares da educação básica municipal;

7.3 – Produção de cartilhas e cadernos que orientem contra machismo, homolesbotransfobia e racismo;

7.4 – Inclusão do nome social de travestis e transexuais nas cadernetas ou diário de classe;

7.5 – Estímulo a inserção de travestis e transexuais no curso básico regular ou nas modalidades de educação de jovens e adultos – EJA, pró-jovem, Programas de Alfabetização, Correção de fluxo, ações essenciais para tirar as transexuais e travestis da prostituição;

7.6 – Estimular baseada na experiência exitosa do programa “Escola livre, aberta e transformada”, executado pela gerência de livre organização sexual da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, na gestão do Prefeito Geraldo Júlio (PSB), do Município de Recife, Pernambuco, a promoção periódica de rodas de diálogos com alunos do 9º ano da rede municipal de ensino, abordando temas como gênero e diversidade sexual.

**8 – Geração de emprego e renda para travestis e transexuais:** 90% da população trans encontra-se abaixo da linha da pobreza, em geral elas estão nas ruas se prostituindo e vulneráveis a todo tipo de violência física e psicológica. É preciso a criação de uma política contínua, que vise a geração de renda e emprego para esse segmento da sociedade. Esperamos que tais propostas sejam amplamente estudadas e debatidas nas campanhas municipais dos candidatos e candidatas do PSB, sobretudo nas suas respectivas gestões, considerando a expectativa e apoio para que muitos, dentre todos, sejam eleitos.

**7.18 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O comprometimento com a política e a democracia é o objetivo conjunto dos segmentos sociais do Partido Socialista Brasileiro. Todos partilham de um pensamento voltado para que as ações das gestões do PSB apontem para uma busca de uma sociedade de iguais com respeito às diferenças. Igualdade de direitos na lei e na prática é a bandeira dos movimentos e está expressa nas demandas e na identidade de cada um.

Esta aula teve como mote principal levar aos gestores municipais a possibilidade de construir um entendimento de que se faz necessário à participação dos movimentos sociais na proposta de uma gestão socialista, esta é uma contribuição valiosa e única. Por meio dessa cartilha que traz demandas e a necessidade de enfrentamentos das desigualdades existentes no país, buscamos o comprometimento com essa plataforma de igualdade, assegurando assim melhores condições de vida para aqueles e aquelas que não têm nenhuma oportunidade.

Aproveitamos esta oportunidade para fazer aqui um agradecimento pela utilização das propostas nesta aula, que trata de políticas públicas socialistas e fazer referências aos secretários e secretárias nacionais dos seguimentos do Partido Socialista Brasileiro que são:

* **Dora Pires** – Secretária Nacional de Mulheres
* **Otavio de Oliveira Bezerra** – Secretário Nacional LGBT
* **Tony Siqueira Sechi** – Secretário Nacional de Juventude
* **Valneide Nascimento dos Santos** – Secretária Nacional da NSB
* **Maria de Jesus Matos** – Secretária Nacional do MPS
* **Joilson Cardoso** – Secretário Nacional Sindical do PSB

**7.19 REFERÊNCIAS**

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CARTILHA A. *Questão Urbana, Tese para debate*, elaborada pelo PSB em Goiás 2012.

CARTILHA A. *Propostas dos Segmentos Organizados para Governos Municipais do PSB*

CHEVALIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel aos nossos dias*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

SELL, Carlos Eduardo. *Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/economia-politica/socialismo/>

<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/economia-politica/socialismo>